

**FILANTROPIA DE RISCO NAS REDES ESTADUAIS DE ENSINO BRASILEIRAS:
ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO INSTITUTO AYRTON SENNA**

***FILANTROPÍA DE RIESGO EN LAS REDES EDUCATIVAS DEL ESTADO
BRASILEÑO: ANÁLISIS DE LAS INFLUENCIAS DEL INSTITUTO AYRTON SENNA***

***VENTURY PHILANTHROPY IN BRAZILIAN STATE EDUCATION NETWORKS:
ANALYSIS OF THE INFLUENCES OF THE AYRTON SENNA INSTITUTE***



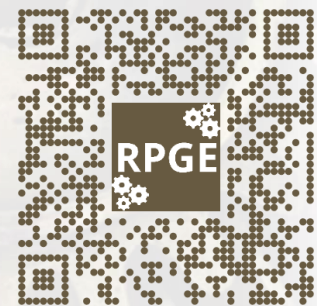
Theresa Maria de Freitas ADRIÃO¹
e-mail: theadriao@gmail.com



Raquel Fontes BORGHI²
e-mail: raquel.borghi@unesp.br

Como referenciar este artigo:

ADRIÃO, T. M. F.; BORGHI, R. F. Filantropia de risco nas redes estaduais de ensino brasileiras: Análise das influências do Instituto Ayrton Senna. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. 00, e023025, 2023. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.16940>



| Submetido em: 08/07/2022
| Revisões requeridas em: 26/02/2023
| Aprovado em: 03/03/2023
| Publicado em: 19/05/2023

Editor: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP – Brasil. Professora Livre Docente no Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educ. Professora Visitante (PPGE-UFBA) – Salvador. Doutorado em Educação (USP).

² Universidade Estadual de Paulista (UNESP), Rio Claro – SP – Brasil. Docente do Departamento de Educação. Doutorado em Educação Escolar (UNESP).

RESUMO: Este artigo integra pesquisa interinstitucional que mapeou e analisou estratégias de privatização da educação básica nas redes estaduais de educação pública do Brasil. O objetivo é apresentar a incidência do Instituto Ayrton Senna (IAS) no conjunto das redes e analisar este ator privado e seu modus operandi associado ao filantropocapitalismo. Foram levantados e tratados dados sobre a privatização da educação básica coletados junto às páginas institucionais de governos e organizações privadas. Os resultados indicam que o IAS incidiu prioritariamente em redes estaduais da Região Nordeste e Centro-oeste, no ensino fundamental e nos currículos dessas redes.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Ayrton Senna. Filantropia. Filantropocapitalismo. Privatização.

RESUMEN: Este artículo es parte de una investigación interinstitucional que mapeó y analizó las estrategias de privatización de la educación básica en las redes estatales de educación pública en Brasil. El objetivo es presentar la incidencia del Instituto Ayrton Senna (IAS) en el conjunto de redes y analizar este actor privado y su modus operandi asociado al filantropocapitalismo. Se recolectaron y procesaron datos sobre la privatización de la educación básica recolectados de las páginas institucionales de gobiernos y organizaciones privadas. Los resultados indican que el IAS se centró principalmente en las redes estatales en el Nordeste y Medio Oeste, en la educación primaria y en los planes de estudio de estas redes.

PALABRAS CLAVE: Instituto Ayrton Senna. Filantropía. Filantropocapitalismo. Privatización.

ABSTRACT: This article is part of an inter-institutional research that mapped and analyzed basic education privatization strategies in state public education networks in Brazil. The objective is to present the Ayrton Senna Institute (IAS) incidence in the set of networks and to analyze this private actor and its modus operandi associated with philanthrocapitalism. Data on the privatization of basic education collected from the institutional pages of governments and private organizations were collected and processed. The results indicate that the IAS focused primarily on state networks in the Northeast and Midwest, elementary education, and the curricula of these networks.

KEYWORDS: Ayrton Senna Institute. Philanthropy. Philanthrocapitalism. Privatization.

Introdução

Este artigo retoma e amplia a análise realizada há mais de dez anos (ADRIÃO, 2011) a respeito da incidência do Instituto Ayrton Senna (IAS) junto às redes públicas de ensino brasileiras. Naquele contexto, os estudos já indicavam o protagonismo do Instituto por meio da disseminação de programas de correção de fluxo escolar e da introdução de ferramentas de gestão para resultados nas escolas de educação básica (GARCIA, 2018; ADRIÃO, 2011; COSTA, 2019, PERONI, 2018).

Este artigo deriva de pesquisa interinstitucional que mapeou atores e programas privados que incidiam nas redes públicas estaduais de educação básica e no Distrito Federal no período entre 2005 e 2018³. A referida pesquisa identificou que o IAS foi um dos três atores privados com maior incidência na definição das políticas educacionais brasileiras no período de 2005 a 2018. Entretanto, levantamento bibliográfico realizado junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à plataforma Scielo e mesmo nas produções realizadas pelos grupos de pesquisa que integram esta investigação, identificaram apenas dois trabalhos especificamente relacionados à análise deste ator e de seu *modus operandi*, enquanto os demais se centraram em estudos de programas ou ações específicas, conforme sistematizados (SILVA, 2016; ADRIÃO, 2021).

Silva (2016), em revisão da literatura sobre a atuação do IAS publicada entre 2002 e 2015, identificou 64 trabalhos entre dissertações, teses e artigos publicados que abordaram a atuação do Instituto, mas não consideraram o mesmo como objeto de estudo. Assim, o objetivo do presente artigo é apresentar a incidência do IAS no conjunto das redes estaduais de educação e analisar esse ator privado e seu *modus operandi*, com destaque para o que vem sendo denominado de filantropia de risco.

Para tanto, o artigo primeiramente apresenta uma caracterização do IAS: seu histórico, principais parceiros, origem dos recursos e equipe dirigente. Em um segundo momento, a incidência do IAS nas redes estaduais públicas é o foco, e são apresentados resultados do mapeamento realizado no âmbito da pesquisa interinstitucional da qual este texto deriva (ADRIÃO *et al.*, 2019). Por fim, há uma discussão acerca da inserção do IAS e sua atuação na filantropia de risco.

³ Pesquisa interinstitucional: “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”, financiada pela Fapesp (Processo 2019/12230-7) e coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião.

Instituto Ayrton Senna (IAS): uma corrida de sucesso

O Instituto Ayrton Senna, fundado em novembro de 1994 após a morte do piloto paulista que lhe dá o nome, declarava-se uma associação de caridade comprometida com o combate à pobreza por meio da atuação em diversas áreas. As doações para a saúde, educação e religião advêm da Ayrton Senna Foundation Ltda, cuja principal atuação refere-se à gestão da marca Senna (ADRIÃO; PERONI, 2011).

A atuação na área educacional tem início logo após a criação do Instituto, com programas e ações realizadas principalmente em redes municipais e estaduais. Segundo Silva (2016), já em 1995, o IAS inicia suas atividades nas áreas de formação profissional, esportiva e artística. Em 1997, lança um programa especificamente educacional, o Acelera Brasil, que tinha por objetivo reduzir as taxas de distorção idade-série. A partir de então, a incidência do Instituto na educação se intensifica, tanto em termos de abrangência geográfica quanto em relação à diversificação de programas e ações. Também, a origem dos recursos se torna mais complexa, originalmente centrada nas doações da Ayrton Senna Foundation Ltda. Em informação recente⁴, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o IAS é considerado uma associação de defesa de direitos sociais, de porte médio, e com sede em São Paulo.

No início dos anos 2000, conforme destacado por ADRIÃO (2021), a articulação do IAS, na figura de sua presidente Viviane Senna, com o empresariado brasileiro é intensificada, especialmente com o segmento paulista organizado em torno do Grupo de Líderes Empresariais - LIDE. O grupo foi criado em 2003 por João Doria (governador de São Paulo a partir de 2019) com o objetivo de vincular empresários em defesa de pautas comuns, relação que se mantém e se aprofunda, conforme a autora:

Viviane Senna divide com o LIDE a organização de várias edições do Fórum Nacional de Educação e Inovação⁵. Nesta rede corporativa angaria apoios e doações de empresários, assegurando também conexões com representantes governamentais (ADRIÃO, 2021, p. 362).

Souza e Caetano (2010) e Adrião (2021) indicam a permanência e a centralidade da Rede LIDE, e mais especificamente da LIDE-Educação (segmento da rede LIDE voltado especificamente para a educação), como parceiros prioritários do IAS. De uma perspectiva

⁴ Available at: <https://www.econodata.com.br/lista-empresas/SAO-PAULO/SAO-PAULO/I/00328072000162-INSTITUTO-AYRTON-SENNA>. Access in: 10 jan. 2023.

⁵ Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/4o-forum-nacional-de-educacao-e-inovacao-conclui-brasil-precisa-mudar-forma-de-ensinar-para-chegar-ao-seculo-xxi/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

histórica e tendo em vista o destaque dado aos logotipos das marcas na página ou relatórios do Instituto (a visibilidade da marca está diretamente relacionada à participação de quem a detém na iniciativa privada), os principais apoiadores institucionais destacados pelo IAS encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais apoiadores das iniciativas do IAS destacados nos relatórios anuais

Ano	Principais apoiadores e parceiros do IAS
2010*	LIDE-Educação; HP-Brasil42, Microsoft Educação;
2012	Bradesco capitalização, CITI, Credicard, LIDE-Educação, P&G
2013	Bradesco capitalização, Credicard, LIDE – Educação, P&G
2014	Credicard, Itaú, P&G, LIDE-Educação, Raízen
2015	Itaú, Itaucard, LIDE-Educação, P&G, Raízen
2016	Itaú, Itaucard, LIDE-Educação, P&G
2017	Itaú, Itaucard, LIDE-Educação, P&G

* Nos relatórios do IAS, os tamanhos dados aos logotipos são diretamente proporcionais à relevância dos apoios recebidos. Não há dados públicos para 2018 e nem informação anterior a 2010.

Fonte: as autoras com base em documentos institucionais do IAS e em Souza e Caetano (2010)

A articulação do IAS com outras organizações privadas também é abordada por Silva e Adrião (2021), que realizaram uma análise das conexões mapeadas no *Twitter* do Instituto entre 2013 e 2020. É interessante observar que, nessa rede social, os autores identificaram a preponderância de outras organizações, tais como: PORVIR, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Brasil e Todos pela Educação. Além disso, foram encontradas menções à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A relação com a UNESCO data de 2004, ano em que foi concedido ao IAS o direito de estabelecer a Cátedra UNESCO de Educação e Desenvolvimento Humano, tornando-se a primeira organização não governamental a receber esse reconhecimento, que até então era concedido apenas a universidades. Por outro lado, o vínculo com a OCDE teve início em 2012⁶, quando o IAS passou a integrar o Centro de Pesquisas Educacionais e Inovação (CERI, na sigla em inglês), por meio do projeto Educação e Progresso Social. Esse projeto tem como foco a identificação da relação entre o desenvolvimento de competências não-cognitivas e seus benefícios socioeconômicos. No Brasil, essa parceria resultou na implementação de um estudo piloto no Rio de Janeiro e na realização do Seminário Internacional Educação para o Século 21. Vale destacar que o IAS era a única ONG brasileira envolvida nesse esforço "global" de

6

Disponível

em:

<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/relat%C3%B3rios-anuais/Relatorio-Institucional-2012.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 27, n. 00, e023025, 2023.

e-ISSN: 1519-9029

DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.16940>

formular e propor políticas para o desenvolvimento de competências não-cognitivas (IAS, 2012).

Segundo Adrião (2018), também no âmbito da OCDE, o IAS passa a integrar a *Network of Foundations Working for Development (netFWD)*, criada em 2014. Trata-se de uma rede global de filantropia empresarial comprometida com a disseminação de inovações apoiadas por filantropos para impulsionar o desenvolvimento em países pobres, como uma alternativa à redução dos fundos públicos. Posteriormente, as fundações brasileiras Itaú Social e Lemann passaram a fazer parte desse seletivo e influente grupo.

A rede (netFWD) teria como objetivos-chave: otimizar e acelerar o impacto da filantropia para o desenvolvimento através da partilha de experiências e lições, influência política e o desenvolvimento de parcerias inovadoras (ADRIÃO, 2018, p. 26).

As iniciativas da rede global correspondem às ações de *Venture Philanthropy* (OCDE, 2014), dos filantropocapitalistas como preferem Bishop e Green (2008), ou dos novos filantropos (ROBERTSON; VERGER, 2012). Essas expressões referem-se a um segmento composto por organizações privadas associadas a corporações e por milionários cujas doações funcionam como investimento empresarial com orientação social, visando retornos mensuráveis, inclusive financeiros (ADRIÃO, 2018). Em um documento de 2014 elaborado pela *Global Network of Foundations Working for Development (netFWD)/OCDE*, intitulado "Filantropia de Risco em Desenvolvimento: Dinâmica, Desafios e Lições" (tradução livre), destaca-se que um número crescente de fundações tornou-se investidor real e, como tal, espera obter retorno financeiro ou, pelo menos, recuperar seu "capital inicial".

Um último aspecto a ser destacado, para uma compreensão do *modus operandi* do IAS, diz respeito à composição de sua equipe de gestão ou governança, responsável pela coordenação geral das iniciativas do Instituto. As informações relevantes estão apresentadas no quadro a seguir:

Quadro2 – Integrantes da equipe gestora/ governança para anos com informações disponíveis para a acesso público

Ano	Integrantes do IAS
2012	Viviane Senna; Inês Kisil Miskalo; Simone André; Tatiana Filgueiras; Marco Crespo; Edson Saab de Brito; Heloísa Oliveira; Irineu Villanoeva Junior; Mauro Ratto;
2013	Viviane Senna, Aline Resende Porto, Bianca Senna, Marco Crespo, Mozart Neves Ramos
2014	Viviane Senna; Aline Porto; Bianca Senna; Marcello Tafner; Marco Crespo; Mozart Neves Ramos; Ricardo Paes de Barros; Tatiana Filgueiras
2015	Ana Maia; Bianca Senna; Marcello Tafner; Mozart Neves Ramos; Tatiana Filgueiras; Thiago Fernandes e Ricardo Paes de Barros, Viviane Senna
2016	Inês Miskalo; Simone André; Mozart Ramos; Tatiana Filgueiras; Ricardo P de Barros; Thiago Fernandes; Emilio Munaro; Bianca Senna e Viviane Senna
2017	Inês Miskalo; Simone André; Mozart Ramos; Tatiana Filgueiras; Ricardo P de Barros; Thiago Fernandes; Emilio Munaro; Bianca Senna e Viviane Senna

Fonte: as autoras com base em informações dos relatórios (2012-2017) constantes do site do IAS

Destaca-se que, ao longo dos seis anos para os quais há informações disponíveis, Viviane Senna permaneceu na presidência do IAS. Além disso, Bruna Senna e Mozart Neves Ramos fizeram parte da equipe por cinco anos, Ricardo Paes de Barros por quatro anos e Inês Miskalo por três anos. É importante ressaltar que, além de suas contribuições acadêmicas, Ricardo Paes de Barros e Mozart Ramos ocuparam cargos públicos, sendo Ricardo subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2015) e Mozart como Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Após a integração do IAS à OCDE, houve alterações nessas composições, evidenciadas pela criação do EduLAB21 como uma expressão institucional dessa parceria.⁷

Para Dowbor (2020), essa prática está associada à concentração de poder e riqueza que caracteriza o capitalismo contemporâneo, no qual os ultra-ricos e sua "tropa de choque"

os economistas, advogados, gestores, informáticos que ocupam o topo da hierarquia dos processos decisórios e que mantêm o sistema deformado de hoje [...]. Controlam os postos-chave, alternam-se entre conselhos administrativos de corporações e funções públicas (a chamada porta giratória, revolving door) e, na era das novas tecnologias e da gestão por algoritmos, apropriam-se de um poder absolutamente impressionante (DOWBOR, 2020, p. 167-68).

Evidencia-se a proeminência do IAS na definição e monitoramento de políticas educacionais para a educação básica, conforme atestado por pesquisas anteriores. Isso ocorre tanto por meio de sua atuação como difusor de orientações propostas por organizações

⁷ Para informações críticas ver Adrião (2021) e Silva e Adrião (2021); para informações do IAS ver <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos/Atuacao2/edulab-21.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

internacionais, como destacado por Adrião (2018), quanto pelo seu papel como articulador de organizações privadas associadas ao mundo corporativo, que apoiam as prioridades educacionais alinhadas para o Brasil.

Incidência do IAS nas Redes Estaduais de Ensino (2005-2018)

O IAS, a partir dos critérios apresentados a seguir, foi identificado como um dos atores privados com maior incidência no conjunto das redes estaduais em uma pesquisa interinstitucional que realizou um mapeamento de atores, ações e programas nessas redes no período de 2005 a 2018, ao qual este artigo está vinculado.

O período definido para o mapeamento tem início com o ano limite previsto pela Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para a adequação dos orçamentos de todos os entes da federação às orientações de austeridade fiscal e transparência propostas pela Lei e se encerra em 2018 (BRASIL, 2000). Os dados foram levantados entre novembro de 2018 e março de 2019 e validados entre julho e outubro de 2020 em fontes primárias disponíveis nas páginas das secretarias estaduais de educação dos estados, além de notícias divulgadas pela imprensa localizadas por meio de consulta ao *Google*, conforme indicado nas notas metodológicas disponíveis em (ADRIÃO *et al.*, 2019).

A organização das informações levou em conta a dimensão da política educativa sobre a qual as organizações declaravam incidir: oferta, currículo e gestão da educação. A primeira dimensão, relativa à privatização da oferta educacional, opera-se por meio de financiamento público (direta ou indiretamente) à oferta educacional por provedor privado, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e pela introdução de políticas ou programas de escolha parental (*voucher*, educação domiciliar e *charter school*). A segunda dimensão refere-se à gestão da educação, sendo captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, envolvendo a proposição por atores privados de sistemáticas que assumem caráter sistêmico, e privatização da gestão escolar, relativa à introdução de mecanismos de privatização no âmbito de unidades escolares específicas. A última dimensão, à qual este artigo se associa, refere-se à privatização do currículo. Trata-se da privatização dos processos pedagógicos *stricto sensu*, envolvendo a incidência de organizações privadas sobre as relações entre professor/a, estudante e conhecimento, bem como sobre os insumos curriculares (ADRIÃO, 2018).

Por sua vez, os processos pedagógicos, aqui entendidos como curriculares, mobilizam conhecimentos especializados de duas maneiras, conforme considerado por Michel Young:

- (i) Em relação às fontes disciplinares: conhecimento produzido por especialistas nas áreas de conhecimento – história, física, geografia. Os especialistas disciplinares nem sempre concordam ou acertam, e, embora seu propósito seja descobrir a verdade, às vezes são influenciados por outros fatores, além da busca da verdade. Contudo, é difícil pensar em uma fonte melhor para “o melhor conhecimento disponível” em qualquer campo.
- (ii) Em relação a diferentes grupos de aprendizes: todo currículo é elaborado para grupos específicos de aprendizes e tem de levar em consideração o conhecimento anterior de que estes dispõem (YOUNG, 2014, p. 10).

A estes conhecimentos, agregam-se os meios, os procedimentos pelos quais esses conhecimentos se organizam e materializam nos cotidianos escolares. É a transferência para o setor privado dos conhecimentos sobre o que ensinar e sobre como ensinar para estudantes de nossas escolas públicas que designamos como privatização do currículo. Como apontado por Borghi (2021), a incidência do setor privado no processo de construção curricular tem levado ao sequestro dos fins públicos da educação, fato exemplificado pela atuação de atores privados no processo de elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular.

A identificação dos atores privados de maior incidência no currículo das redes estaduais de ensino, decorreu da articulação de dois critérios na seguinte ordem de prioridade:

- 1º: Número de vezes em que os atores foram identificados no apoio ou operacionalização de diferentes Programas em estado da federação ao longo do período (2005-18). Este critério indica a frequência da incidência dos diferentes atores no âmbito nacional;
- 2º: Tempo de atuação dos diferentes atores no âmbito nacional. Para isso, considerou-se o período entre a primeira atuação do ator em qualquer programa ou rede de ensino até a última vez em que foi identificado.

O quadro 3 apresenta as cinco organizações privadas mais incidentes na dimensão currículo. Adota-se o termo "ator" para referenciar o conjunto das organizações privadas identificadas na pesquisa.

Quadro 3 – Indicadores dos cinco atores privados com maior incidência no país, na dimensão da privatização do currículo- 2005-2018

Ator privado	Frequência em que foi identificado em diferentes programas	Ano da 1ª atuação	Ano da última atuação	Total de anos em que atuou entre 2005-18
Instituto Ayrton Senna	33	2005	2018	14
Instituto Unibanco	18	2007	2018	12
Fundação Lemann	15	2011	2018	8
Instituto Natura	14	2005	2018	14
Google	14	2008	2018	11

Fonte: As autoras com base em Adrião *et al.* (2019)

Cumprir destacar que, entre 2005 e 2018, o IAS foi identificado em 33 diferentes programas ou ações educacionais e permaneceu atuante ao longo dos 14 anos do período da pesquisa. Essa condição ilustra a constância com que o IAS vem atuando nas diferentes redes de ensino dos estados brasileiros.

A capilaridade de sua atuação pode ser captada ainda por informações relativas aos segmentos, etapas de escolaridade e dimensões da política educativa atingidos pelos programas inventariados aos quais se associa. O Quadro 4 apresenta a quantificação dessas informações por unidades político-administrativas do Brasil.

Quadro 4 – Dados sobre capilaridade dos programas do IAS segundo regiões político-administrativas no Brasil entre 2005-2018

Regiões	Total de Programas/ ações identificadas	Número de programas/ações direcionados aos diferentes segmentos*				Número de programas/ações que incidem nas diferentes dimensões da política**			Número de programas/ações que incidem nas diferentes etapas de escolaridade		
		Estudantes	Professores	Gestores	Família	Currículo	Gestão	Oferta	E.I	E.F	E.M
Norte	7	5	5	2	0	6	4	0	0	7	1
Nordeste	9	7	6	2	0	9	3	1	0	8	2
Sudeste	7	7	5	3	1	7	3	2	0	4	6
Sul	2	2	0	0	0	2	1	1	0	1	1
Centro-Oeste	8	7	2	1	0	8	1	0	1	7	3
Total	33	28	18	8	1	32	12	4	1	27	13

* Segmentos: Est. – Estudantes; Prof. – Professores; Gest – gestores; Fam. – famílias.

** Dimensões: cur. – currículo; Ges. – gestão; Ofer – oferta.

* Etapas: e.i – educação infantil; e.f. – ensino fundamental; e.m.- ensino médio.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Adrião *et al.* (2019). Um mesmo programa pode envolver mais de uma alternativa.

A partir do quadro acima, fica evidente a centralidade da atuação do IAS em programas/ações que têm como segmentos-alvo estudantes e professores, enquanto o envolvimento das famílias foi identificado em um único programa/ação. A maioria dos programas incide sobre o currículo das escolas das redes públicas de ensino. Do total de 33 programas/ações identificados, 32 referem-se à dimensão dos currículos, seguidos por 12 da dimensão gestão. Cabe destacar que um mesmo programa/ação pode incidir em uma ou mais dimensões. Por fim, fica claro que é o ensino fundamental a etapa de escolaridade focalizada pelas ações/programas do IAS.

No Quadro 5, são destacados os principais parceiros do IAS nos programas/ações implementados nas redes estaduais entre 2005 e 2018, identificados por meio de consultas às páginas oficiais dos governos e a matérias divulgadas na imprensa.

Quadro 5 – Relação dos principais parceiros do IAS por região 2005-2018

REGIÕES	Principais parceiros por região
Norte	Não foram identificados parceiros
Nordeste	Instituto Votorantim, Instituto Vale e Instituto Unibanco
Sudeste	P&G, OCDE, Instituto Vivo, UNESCO, Instituto Faça Parte, British Council, Sport Club Corinthians Paulista
Sul	FIESC, Instituto Euvaldo Lodi, Instituto Natura
Centro-oeste	3GEN Gestão Estratégica

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Adrião (2021)

Destacam-se três aspectos a partir das informações que compõem o Quadro 5: a diversidade de atores associados aos programas quando se compara as diferentes regiões; um maior número de apoios na região Sudeste; e, por fim, a prevalência de apoios por associações, na forma de institutos, associadas a grupos empresariais.

A origem dos recursos e a filantropia de risco como estratégia de negócios sociais?

Originalmente, como já exposto anteriormente, o IAS tinha como principal fonte de recursos as doações da "Ayrton Senna Foundation Ltda" (ADRIÃO; PERONI, 2011). No entanto, à medida que a relação com os parceiros se torna mais complexa, também a origem dos recursos se diversifica. Em alguns relatórios anuais do IAS, disponíveis em seu site, encontram-se informações sobre a proporção de recursos conforme sua origem: doações de pessoa jurídica, doações de pessoa física e royalties das marcas Senna e Seninha, sintetizados no Quadro 6.

Quadro 6 – Origem das receitas do IAS e destinação para Educação (%)

Tipo de Doação/Ano	2015	2017	2020	% investida em ações da Educação
Doações de pessoa jurídica	35%	36%	41%	62%
Doações de pessoa física	08%	10%	08%	67%
Royalites	62%	54%	51%	69%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos relatórios anuais do IAS dos anos de 2015, 2017 e 2020 disponíveis no site oficial.

Evidenciando a diversificação das estratégias de captação de recursos, Adrião (2021) identificou, em pesquisa documental, que para o período anterior a 2012 não há relatórios disponíveis no site do Instituto para consulta pública, relativos à origem dos recursos financeiros que sustentaram as ações do IAS. Já entre 2012 e 2017, a mesma pesquisa indica

que as fontes de recursos declaradas pelo IAS, para o financiamento de suas iniciativas, derivam de seis estratégias de captação de fundos privados.

- 1-Marketing Relacionado à Causa (MRC)- iniciativas de empresas que destinam parte de seu lucro ao IAS;
- 2-Licenciamento das marcas Ayrton Senna e Senninha;
- 3-Doação em folha de pagamento de trabalhadores de empresas “parceiras”;
- 4- Investimento Social Privado – doação voluntária de recursos privados para projetos de interesse público
- 5-Major Donors, doadores privados destacados pelo volume
- 6-Programa de Membership- doações periódicas por pessoa física (ADRIÃO, 2021, p. 376).

Tais estratégias ampliam as fontes de recursos para além da gestão das marcas Senna e Senninha e explicitam a lógica do filantropocapitalismo, *venture philanthropy* ou *private philanthropy* (filantropia privada), termo mais recentemente adotado pela própria OCDE.

A ideia de "filantropia de risco", análoga a um investidor de risco, generalizou-se a partir de 1997 com a publicação do artigo "*Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists*" (Letts, Ryan e Grossman, 1997) (ADRIÃO, 2018). Em um documento de 2014 elaborado pela *Global Network of Foundations Working for Development (netFWD)/OCDE* intitulado "Filantropia de risco em desenvolvimento: dinâmica, desafios e lições", as estratégias adotadas pelos "muito ricos" para alterarem sua condição de "apenas doadores" envolviam a criação de ferramentas de monitoramento do impacto gerado pelos recursos privados repassados para o custeio da causa escolhida. Não se trata mais apenas de doadores, mas de investidores sociais. O documento é explícito ao definir a Filantropia de Risco para o desenvolvimento.

uma abordagem empresarial para a filantropia que combina uma variedade de métodos financeiros e não financeiros recursos para identificar, analisar, coordenar e oferecer suporte autossustentável, sistêmico e escalonável (com ou sem fins lucrativos) soluções para os desafios de desenvolvimento alcançados na obtenção de maior impacto (OCDE, 2014, p. 3).

Em um documento de 2018 da OCDE, também é indicada a concentração dos agora designados como filantropos privados nos EUA, sendo atribuído um papel de destaque à Fundação Bill & Melinda Gates Foundation⁸. No Brasil, o texto destaca o Instituto Ayrton

⁸ Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264085190-en/1/2/3/index.html?itemId=/content/publication/9789264085190-en&_csp_=68b4dd9752dd1b5f0b0dbfdc1ed4aa20&itemIGO=oecd&itemContentType=book#figure-d1e2028. Acesso em: 10 jan. 2023.

Senna como um exemplo de fundação bem-sucedida ao testar e expandir seu programa de habilidades sociais e emocionais nas redes públicas de ensino em todo o país.

Em relação à origem das doações para organizações como o IAS, ganham destaque os chamados fundos patrimoniais (*endowment fund*)

constituídos pelo conjunto de ativos de natureza privada, regulamentados no Brasil pela lei federal 13.800 de 2019. Segundo esta regulamentação, os fundos devem ser destinados à consecução de finalidades de interesse público e geridos com certa “profissionalização” expressa na separação entre a organização gestora do Fundo Patrimonial, responsável por aplicar o capital das doações em ativos financeiros ou reais a fim de gerar rendimentos, e a organização executora dos fundos, uma instituição sem fins lucrativos ou uma organização internacional que atue no país em parceria com instituições apoiadas e que se responsabilize pela execução dos programas apoiados. (Pasqualin, 2019). Permite-se que a Organização Gestora contrate empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para investir seus ativos (ADRIÃO, 2021, p. 384).

A rede OCDE netFWD também propõe uma metodologia para avaliação do impacto das "parcerias" financiadas por esse tipo de filantropia realizada por pares. Aqui, os pares são entendidos como outras fundações de mesma natureza que atuam no mesmo segmento. A primeira experiência dessa sistemática ocorreu no Brasil para o programa "Escrevendo o Futuro" implementado pela Fundação Itaú Social e o Ministério da Educação do Brasil (OCDE, 2014).

Ainda de acordo com a rede de filantropos de risco criada no âmbito da OCDE, há diversos tipos de investimentos praticados por esses atores, dentre os quais: investimento de impacto social, definido como aquele com a expectativa explícita de um retorno social e financeiro mensurável (OCDE, 2014), muitas vezes associados a doações tradicionais e a subsídios e assistências técnicas iniciais mobilizados por governos ou setor privado, que funcionam como "alavanca" para os posteriores ganhos sociais ou comerciais; *Mission Investors Exchange*, investimentos a taxas de mercado que financiam uma fundação, pressupondo retornos financeiros competitivos; investimentos relacionados a programas (PRIs, na sigla em inglês), que priorizam a obtenção de impacto social e, portanto, estão frequentemente abaixo da taxa de mercado; e Títulos de impacto de desenvolvimento (DIBs, sigla em inglês), mecanismo financeiro no qual os investidores privados fornecem capital inicial para serviços sociais e são reembolsados por um financiador com base no cumprimento dos resultados acordados.

Segundo Benn, Sangaré e Hos (2018, p. 28), entre 2013 e 2015, o Instituto Ayrton Senna captou um volume de US\$ 23.578.100 dólares americanos para os programas que implementa no Brasil, o equivalente a 118 milhões de reais em 2021.

Além da articulação catapultada pela OCDE, as fundações que se mobilizam em torno do “investimento social” oriundo do patrimônio privado para programas e agendas em países em desenvolvimento, como substituto dos tradicionais apoios bilaterais, ganham força em âmbito global por meio da *Global Partnership for Education* (GPE), uma coalizão de atores privados organizados em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SILVA; OLIVEIRA, 2021). A GPE também menciona o “Escrevendo o Futuro” da Itaú Social/MEC como um modelo de “parceria” bem-sucedida. Já a rede OCDE netFWD estimula o compartilhamento de informações e práticas consideradas exitosas entre tais atores por meio da capacitação para filantropos “locais”.

Considerações finais

A incidência do IAS na educação brasileira e sua articulação internacional foram identificadas tanto pelas articulações com organizações privadas nacionais quanto supranacionais, das quais derivam programas e ações implantados nas redes públicas de ensino brasileiras.

Destaca-se que o IAS foi a primeira associação brasileira a integrar a rede OCDE netFWD, cuja função inicial era elaborar estratégias para a dinamização da filantropia empresarial orientada para retornos sociais ou financeiros. No primeiro caso, a exigência de retornos sociais tem induzido à generalização de mecanismos de mensuração do impacto dos programas e ações na educação básica patrocinados pelos investidores sociais e operados por atores como o IAS. Uma das consequências das políticas baseadas em evidências, propaladas pela OCDE, é o que Lima (2021) denomina de hiperburocratização dos processos escolares.

Por outro lado, os investimentos privados destinados a causas sociais, ao se associarem a retornos financeiros, explicitam os processos de privatização da educação pública em sua condição mais radical, ao modelar novos mercados para o que antes se limitava à "caridade". Nessa direção, Klees (2023) é destacado que desde 2010, a Global Redesign Initiative, proposta pelo Fórum Econômico Mundial, advoga pela transformação da Organização das Nações Unidas, constituída apenas por estados membros, em uma articulação público-privada que estimule os negócios e assumo formalmente a governança global em pé de igualdade com os

Estados-nação. Mutatis mutandis, a mesma perspectiva foi identificada nos modelos de pactos e compromissos pela educação analisados para o Brasil (ADRIÃO, 2021; GARCIA, 2018).

No que se refere à relação público-privada, a vinculação do IAS com o LIDE, apresentada anteriormente, mantém-se por todo o período, e destaca-se a constância de apoios de segmentos corporativos do setor financeiro, como os brasileiros Bradesco Capitalização, Itaú e Itaucard, além do Citigroup In e do Credicard. Identificou-se também o apoio recorrente do grupo transnacional norte-americano P&G

Se os atores foram constantes nos apoios, a composição informada da origem das receitas do IAS, ao menos entre 2015-2020, variou: enquanto os valores originados de royalties da marca Senna diminuíram 11%, os valores decorrentes de doações de pessoas jurídicas aumentaram 6%.

Outro aspecto derivado do estudo diz respeito à ausência de transparência nas informações. No caso do IAS, embora informações institucionais declarem que o financiamento para suas ações e programas derive de doações de terceiros e da comercialização da marca associada ao piloto Ayrton Senna, estudos sobre programas específicos implementados pelo Instituto identificaram o financiamento governamental na forma de subsídio ou do pagamento de assistência técnica (GUTIERRES; COSTA, 2019; SANTIN, 2016; LEAL, 2019). Em qualquer circunstância, estranha-se a falta de transparência pública sobre as ações e os resultados de uma organização que atua em sistemas públicos de ensino. Mesmo quando encontradas, as informações se limitam a um "briefing". A transparência e o acesso público aos dados para o setor governamental são exigências reguladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, não há exigência dessa natureza para os atores privados e seus "parceiros", mesmo quando alteram os sistemas públicos de ensino, salvo quando as ações são custeadas por fundos públicos. Privatizam-se currículos e privatiza-se também o acesso aos resultados desses programas e ações.

No que se refere à incidência do Instituto, identificada pela frequência com que se apresentou em ações e programas implantados nos sistemas estaduais de ensino entre 2005 e 2018, percebeu-se a concentração nos estados do Nordeste e Centro-Oeste, prioritariamente no Ensino Fundamental. Dados disponíveis pelo INEP sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos finais do Ensino Fundamental indicam que em 2017 a região Nordeste alcançou o índice de 3,9, enquanto a média nacional foi de 4,4. Já no caso do Centro-Oeste, a média foi superior a nacional, atingindo 4,8. (BRASIL, 2019).

Lembramos que a proposição de políticas curriculares pelas organizações privadas é justificada a partir da generalização de narrativas sobre a inépcia dos sistemas públicos de ensino, expressa em resultados comparados pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) ou pelo desempenho da poliforma "escola privada" brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Theresa. (coord.). **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. 2011. Processo 565709/2008 9. Disponível em: <http://redefinanciamento.ufpr.br/ArquivoTextos/AdriaoPeroni.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- ADRIÃO, Theresa *et al.* Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública. Projeto de Pesquisa financiada pela FAPES, 2019/12230-7. 2019.
- ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018.
- ADRIÃO, Theresa. Atores privados na educação pública paulista: relação duradoura e melhorias pouco evidentes. *In*: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane e GARCIA, Teise. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 403 p. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil, v. 3).
- ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Consequências da atuação do instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 45-53, jan./jun. 2011.
- BENN, Julia; SANGARÉ, Cécile; HOS, Thomas. (2018), Private Foundations' Giving for Development in 2013-2015: Ongoing efforts to better reflect private philanthropic giving in OECD-DAC statistics on development finance. **OECD Development Co-operation Working Papers**, Paris, n. 44. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/private-foundations-giving-for-development-in-2013-2015_fed825bf-en;jsessionid=Uvau2rm5x1cleSYZiQWoqMANmcdGHg-ilozWTohJ.ip-10-240-5-48. Acesso em: 22 jun. 2021.
- BISHOP, Matthew; GREEN, Michael. **Philanthrocapitalism: How rich can save the world**. Bloomsbury Press, 2008.
- BORGHI, Raquel Fontes. Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 2744-2758, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i3.14903>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14903>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: MF, MP, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: 2019: Resumo técnico**. Brasília: Inep, 2021. 81 p.

COSTA, Marilda. **Nova Gestão Pública e redefinições de fronteiras público-privadas na educação brasileira**. Curitiba: Appris, 2019.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: Novas arquiteturas sociais**. São Paulo, Edições Sesc, 2020.

GARCIA, Teise. A gestão escolar no contexto da privatização na Educação Básica. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1355–1376, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v22iesp3.12232>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12232>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GUTIERRES, Dalva; COSTA, Marilda. O Financiamento e o Controle Social dos Recursos da Educação no Contexto das Parcerias Firmadas entre o Instituto Ayrton Senna (IAS) e Municípios Brasileiros. *In*: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (org.). **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. Brasília: Anpae, 2019. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/GESTAO-MUNICIPAL-AYRTON-SENA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Relatório de resultados**. 2012. Disponível em <https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/relat%C3%B3rios-anuais/Relatorio-Institucional-2012.pdf>. Acesso em: 15 de jul. 2021.

INSTITUTO AYRTON SENNA (IAS). **Quem somos**. [21--]. Disponível em <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html#historia>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

KLEES, Steven. The privatization of education: the big Picture. **NORRAG**, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.norrag.org/the-privatization-of-education-the-big-picture/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LEAL, Aline. **A implementação do projeto Alumbrar na rede estadual de ensino da Paraíba**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2019.

LIMA, Licínio. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, set. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). GLOBAL NETWORK OF FOUNDATIONS WORKING FOR DEVELOPMENT

(NETFWD). **Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges and Lessons in the Search for Greater Impact.** Paris: OECD Development Centre, 2014. Disponível em: [https://www.oecd.org/dev/Venture Philanthropy in Development-BAT-24022014-indd5 11 mars.pdf](https://www.oecd.org/dev/Venture%20Philanthropy%20in%20Development-BAT-24022014-indd5%20mars.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Private Philanthropy for Development: The Development Dimension.** Paris: OECD Development Centre, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/private-philanthropy-for-development-9789264085190-en.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PERONI, Vera. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antony. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012.

SANTIN, Carina. **O modelo de educação do Instituto Ayrton Senna: um estudo sobre políticas de assessoria aos municípios.** 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2016.

SILVA, Fernando. **Produção acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna (2002 -2015): Características e contribuições.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SILVA, Rui; ADRIÃO, Theresa. Redes sociais e política educacional: análise do Instituto Ayrton Senna no twitter de 2013 a 2020. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 37, n. 3, 2021.

SILVA, Rui; OLIVEIRA, Joana. Global education policy in African fragile and conflict-affected states: examining the Global Partnership. **Education, Globalisation, Societies and Education**, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352844082_Global_education_policy_in_African_fragile_and_conflict-affected_states_examining_the_Global_Partnership_for_Education. Acesso em: 22 set. 2021.

SOUZA, Silvana; CAETANO, Maria. Redes de relações e o Instituto Ayrton Senna. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (org.) **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna.** 2. ed. Brasília: Anpae, 2019. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4Publicacoes/GESTAO-MUNICIPAL-AYRTON-SENA.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 15, p. 190-202, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2021.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e ao CNPq.

Financiamento: Financiamento da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo para a pesquisa: “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”, coordenada por Theresa Adrião - Processo 2019/12230-7. Financiamento CNPq/Bolsa PQ 303428/2018-0.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: A pesquisa foi realizada por meio de análise documental e de sites das Secretarias Estaduais de Educação e dos programas e atores privados, não necessitando de aprovação do Comitê de Ética.

Disponibilidade de dados e material: Os dados coletados na pesquisa estão disponíveis no banco de dados “Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação” em https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

Contribuições dos autores: Ambas as autoras participaram da pesquisa e escreveram conjuntamente o presente artigo.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

